

O SUCESSO DA INTERVENTORIA DE MANOEL RIBAS NO PARANÁ FRENTE À INSTABILIDADE DA POLÍTICA NO PERÍODO PÓS-REVOLUÇÃO DE 1930

Natália Cristina Granato¹
Ricardo Costa de Oliveira²

RESUMO: Este artigo pretende investigar os fatores que explicam o sucesso de Manoel Ribas frente à interventoria do Paraná no período pós-Revolução de 1930, em um contexto marcado pela instabilidade política e por constantes trocas de interventores nos estados. A despeito disso, Ribas permaneceu à frente do poder executivo paranaense por 13 anos consecutivos (de 1932 a 1945), estabilidade alcançada por governadores de outros dois estados: Goiás e Espírito Santo. Pretendemos analisar as principais características do governo Ribas que possibilitaram a sua continuidade no cargo. Para isso, nos deteremos à análise do primeiro ano de sua administração, identificando quais foram as estratégias políticas adotadas pelo interventor federal para manter-se no cargo. Compararemos o seu perfil com a interventoria de Mário Tourinho, seu antecessor deposto, que governou o Paraná por um período curto de tempo, entre o outubro de 1930 e dezembro de 1931.

Palavras-chave: Revolução de 1930; Paraná; Manoel Ribas

THE SUCCESS OF MANOEL RIBAS' INTERVENTORSHIP IN PARANÁ FACE OF POLITICAL INSTABILITY IN THE POST-REVOLUTION OF 1930 PERIOD

ABSTRACT: The paper intends to investigate the factors that explain the Manoel Ribas' success face of the interventorship in Paraná in the post-Revolution of 1930 period, in a context of political instability and constant changes of actors in the states. Despite this, Ribas remained at the head of the executive power of Paraná for 13 consecutive years (1932-1945), this stability were achieved by other two governor's: Goiás and Espírito Santo. We intend to analyze the main characteristics of the Ribas government that made it possible to continue in government. We will compare his profile with the interventorship of Mário Tourinho, his deposed predecessor.

Keywords: Revolution of 1930; Paraná; Manoel Ribas.

Introdução

Este artigo pretende investigar quais foram os fatores que explicam o sucesso de Manoel Ribas frente à interventoria do Paraná no período pós-Revolução de 1930, em um contexto marcado pela instabilidade política e por constantes trocas de interventores nos estados. A despeito disso, Ribas permaneceu à frente do poder executivo paranaense por 13 anos consecutivos (de 1932 a 1945),

¹ Doutoranda em Sociologia, Universidade Federal do Paraná. Email: nataliagranato@hotmail.com.

² Professor Titular de Sociologia, Universidade Federal do Paraná. Doutor em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas. Email: rc2000@uol.com.br.

estabilidade alcançada apenas por outros dois estados: Goiás e Espírito Santo. O estado de Goiás foi governado por Pedro Ludovico Teixeira, civil e nascido em Goiás, era identificado com os tenentes e apoiou a Revolução de 1930. Seu mandato durou 15 anos, de 1930 a 1945. Outro interventor que governou por 13 anos consecutivos foi João Punaro Bley, militar, nascido em Minas Gerais, que governou o estado do Espírito Santo entre 1930 e 1943. Esses três interventores merecem ser investigados, pois governar por tantos anos seguidos em um contexto marcado pela instabilidade política foi uma proeza registrada por estas experiências.

No presente artigo, investigaremos o caso específico do Paraná, apontando algumas características que tornaram possível o sucesso e a permanência do poder de Manoel Ribas. Para isso, nos deteremos à análise do primeiro ano de sua administração (1932), identificando quais foram as estratégias políticas adotadas pelo interventor federal para manter-se no cargo. Compararemos o seu perfil com a interventoria de Mário Tourinho, seu antecessor deposto, que governou o Paraná por um período curto de tempo, entre o outubro de 1930 e dezembro de 1931.

As bases de dados utilizadas neste artigo correspondem às fontes jornalísticas, em especial ao jornal “O Dia”, disponível na página da Hemeroteca Digital, da Biblioteca Nacional³. Outro conjunto de dados utilizados corresponde aos documentos do Arquivo Pessoal de Getúlio Vargas, disponíveis na página do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas⁴.

Utilizaremos o método prosopográfico para reunir informações biográficas dos principais agentes envolvidos nas interventorias de Mário Tourinho e Manoel Ribas. Segundo Lawrence Stone (2011), o método prosopográfico, ou biografia coletiva, é relacionado à investigação das características comuns de um grupo de atores através de um estudo coletivo de suas trajetórias de vida. Neste artigo, investigaremos especialmente as conexões familiares e sociais dos membros destes governos, utilizando a “Genealogia Paranaense”, escrita por Francisco Negrão, para a coleta de informações.

A Revolução de 1930 é considerada como um evento histórico e social que questionou a autonomia política e administrativa dos estados e obrigou as classes dominantes tradicionais locais a se readaptarem à centralização estatal e às novas práticas políticas e eleitorais. No presente artigo, investigaremos as relações entre o poder local e a lógica centralizadora do poder, na qual as principais decisões políticas dos estados passavam pelo gabinete de Getúlio Vargas e sua equipe, especialmente

³ Hemeroteca Digital. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em: 15 abr.2020.

⁴ Acervo CPDOC. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>> Acesso em: 15 abr.2020.

no Ministério da Justiça. Esse aspecto é importante para entender o sucesso da interventoria de Manoel Ribas no Paraná a partir de 1932.

O movimento de 1930 também conservou aspectos de dominação social e econômica, modernizando as lógicas do jogo político. Considerado como um processo de “modernização conservadora”, a política pós-1930 possuiu um caráter continuísta que não rompeu com os antigos padrões de dominação política e econômica vigentes até então. Membros das antigas famílias e classes dominantes continuaram a exercer influência e poder político após 1930, com algumas redefinições e ajustes em relação ao jogo político centralizador. Em uma análise sociológica sobre o poder em um dado contexto histórico e social, é necessário levar em consideração a análise dos capitais sociais e atributos políticos dos agentes envolvidos. Para isso, nos embasamos em algumas considerações de Pierre Bourdieu, que relaciona o campo de poder com o conceito de “classe dominante”, conceito que se refere a uma “população verdadeiramente real” que detém o poder devido à sua quantidade de “força social” (ou capital), relacionada à sua posição social. Desta forma, esta classe possui vantagens em relação às outras desde o momento de sua entrada nas lutas pelo “monopólio do poder” (BOURDIEU, 1989, p.28). A análise da luta política deve levar em consideração, portanto, os determinantes econômicos e sociais dos agentes que se encontram na política. No presente artigo, verificaremos quais eram os atributos sociais e familiares dos principais agentes que detiveram o poder político no Paraná e os atributos sociais dos interventores nomeados por Getúlio Vargas, enfatizando quais eram as conexões de Manoel Ribas com a classe dominante local.

Com a Revolução de 1930, a organização econômica, social e política do país passou a ser atribuída à nação, e o “foco de poder político e administrativo irá se transferir para a União” (SOUZA, 2001, p.218). Aspásia Camargo destaca o caráter centralizador e intervencionista promovido pelo Estado a partir da Revolução de 1930, cabendo ao poder central a readaptação ou a substituição das “velhas máquinas oligárquicas da República Velha por outras, mais permeáveis aos novos objetivos nacionais, dentro de uma estratégia de centralização política” (CAMARGO, 1983, p.15). Inaugura-se, no sistema republicano, a política nacional, em contraposição à política regional e autônoma dos estados característica do período anterior.

Uma das primeiras medidas do Governo Provisório foi a edição do Decreto do dia 11 de novembro de 1930, que tornou Getúlio Vargas detentor do Poder Executivo e também do Poder Legislativo, extinguindo temporariamente o Congresso Nacional. O decreto também previa a substituição do cargo de governador pelo de interventor, nomeado pelo chefe do Governo Provisório,

sendo este também detentor de funções executivas e legislativas, podendo ser exonerado do cargo por vontade do presidente da república. O interventor, por sua vez, nomeava os prefeitos dos municípios de seu estado, podendo exonerá-los (CARONE, 1973). A centralização de poderes para o executivo federal é evidente nesta parte do decreto. A nomeação dos interventores por parte de Getúlio Vargas, chefe do governo provisório, criava uma intensa relação de dependência e controle sobre as interventorias federais. Os interventores, por sua vez, deviam fidelidade ao chefe revolucionário, que tinha a prerrogativa de mantê-los ou não no cargo. Neste artigo, entendemos que a relação amistosa e alinhada entre o presidente e o interventor Manoel Ribas foi fundamental para a sua permanência no cargo. Assinalaremos alguns momentos que materializaram essa constatação.

O poder do governo central sobre as interventorias foi intensificado com o Código dos Interventores, uma normativa que restringia os poderes que os interventores tinham nos estados, através da criação dos Conselhos Consultivos Estaduais, composto por cinco ou mais membros, idôneos e de reputação ilibada. Suas atribuições consistiam na formação de reuniões públicas, na emissão de pareceres e opiniões sobre os atos dos interventores, além de oferecer sugestões convenientes à administração pública, zelando pela observância da lei, entre outras ações. Era vedado aos interventores a criação de impostos, a contração de empréstimos, a criação de cargos e o estabelecimento de concessões de minas e terras sem a prévia consulta do Conselho Consultivo (CARONE, 1973).

Na lógica de centralização e controle de poder, o papel do interventor era dificultoso, pois estava entre o controle do governo central e as coerções feitas pelas forças políticas dos estados pela manutenção de suas prerrogativas autônomas. Segundo Maria do Carmo Campello de Souza (1976), o governo central procurou controlar as interventorias de duas maneiras: a primeira, através do “rodízio em algumas interventorias, a fim de dificultar o encastelamento político dos interventores”, e a segunda, por meio da “criação de órgãos paralelos de centralização administrativa” (SOUZA, 1976, p.95).

Tendo as características de mudanças políticas e institucionais promovidas pela Revolução de 1930, somadas aos aspectos de conservação da dominação social e econômica, analisaremos como elas se efetivaram no caso do Paraná, tendo uma atenção especial à interventoria de Manoel Ribas.

Atores políticos do Paraná na Revolução de 1930 e a interventoria de Mário Tourinho

O Paraná foi um estado decisivo para a vitória da Revolução de 1930, devido a sua localização geográfica e às forças políticas que apoiaram o movimento revolucionário de outubro. Na ocasião, a cidade de Ponta Grossa chegou a ser o Quartel-General da Revolução, reunindo os maiores agentes políticos do Estado-Maior. O chefe militar da Revolução de 1930 no Paraná foi Plínio Tourinho, oficial que designou o seu irmão, Mário Tourinho, a exercer o governo provisório do Paraná, no dia 5 de outubro de 1930, dois dias após a deflagração do movimento (TOURINHO, 1991; OLIVEIRA, 2004; CARNEIRO; VARGAS, 1994).

O primeiro interventor do Paraná nomeado por Vargas era proveniente de uma “família histórica” da “classe dominante tradicional paranaense”. Esses conceitos foram desenvolvidos por Ricardo Costa de Oliveira (2000; 2004; 2012), para a análise que relaciona a detenção do poder político com o pertencimento às famílias que dominam a política paranaense há séculos, desde os tempos coloniais. O autor argumenta que aproximadamente 50 famílias históricas do período colonial perpetuam a sua dominação ao longo dos séculos, em detrimento das transformações políticas e modernização no capitalismo. Essas famílias articulam os seus poderes econômicos, políticos e culturais para a dominação (OLIVEIRA, 2000, p.2). O pertencimento às mais poderosas e influentes famílias nos âmbitos econômicos, políticos, sociais e culturais é perpassado em grande parte pela detenção de títulos genealógicos⁵, herdados através do nascimento e das relações matrimoniais.

Na análise dos atributos genealógicos de Mário Tourinho, observamos que o seu pai, Francisco Tourinho, era natural do Rio de Janeiro e chegou ao Paraná na década de 1860, para desenvolver um plano rodoviário no estado. Juntamente com o engenheiro Antônio Rebouças, é considerado patrono dos trabalhos geodésicos e topográficos da Província do Paraná (NEGRÃO, 1946, p.302). Foi um dos mais importantes engenheiros militares do Paraná, atuando como

⁵ A Genealogia Paranaense, organizada por Francisco Negrão, separa em seis volumes os descendentes dos primeiros povoadores do Paraná Tradicional a partir de títulos genealógicos, localizando as famílias e as alianças matrimoniais entre si. O volume I corresponde aos descendentes de Baltazar Carrasco dos Reis, o volume II corresponde aos descendentes de João Rodrigues Seixas, o volume III corresponde aos descendentes de João Rodrigues de França. A partir do volume IV, são variados títulos genealógicos. O volume IV integra os títulos Laras, Moraes Cordeiro, Mateus Leme, Teixeira de Azevedo, Xavier Pinto, Teixeira Coelho, Pereira Braga e Oliveira Cardoso. O volume V integra os títulos Corrêa de Bittencourt, Cardoso de Lima, Taques, Oliveira Vianna, Goês Siqueira, Alves, Marques da Cunha e Azevedo da Silveira. O volume VI corresponde aos títulos Macedo, Laynes, Morocine Borba, Martins Lopes, Brandão de Proença, Simas, Souza Pinto, Rodrigues Vianna, Gonçalves Marques, Marques de Jesus, Silva Pereira, Santos, Nascimento de Farias, Maravalhas, Pereiras, Mendonça, Pereira Branco, Freitas de Saldanha, Alvares de Araújo, Soares da Costa, Xavier da Silva, Falcão Bastos, Moreira da Rocha, Gonçalves dos Santos, Pletz, Muller, Kalckman e Bley (NEGRÃO, 1926, 1927, 1928, 1929, 1946, 1950).

funcionário de fiscalização do governo imperial na construção da estrada Dona Francisca. Em 1867, foi nomeado diretor interino da construção da estrada da Graciosa, em substituição ao engenheiro Rebouças, no período de conclusão da obra (NEGRÃO, 1946, p.298). A mãe de Mário Tourinho, Maria Leocádia Alves, era portadora do título genealógico Alves. A família Alves estabeleceu-se no Paraná a partir do final do século XVIII, cujos membros são descendentes do capitão-mor de Antonina Manoel José Alves, rico estaleiro naval da região litorânea (NEGRÃO, 1946, p.278). O primeiro casamento de Mário Tourinho foi com Osminda Pinto Rebello (NEGRÃO, 1927, p.149), filha de Nicolau Pinto Rebello, juiz de paz, vereador, presidente da Câmara Municipal de Curitiba, comerciante e industrial. Através do matrimônio, Mário Tourinho tornou-se portador do título Rodrigues Seixas.

Mário Tourinho desenvolveu carreira militar, começando como soldado no 2º Corpo de Cavalaria em Curitiba, no ano de 1885. Com atuação associada às tropas legalistas, combateu, nas décadas seguintes, a todas as formas de sublevação ao governo. Em 1924, foi comandante do grupo de artilharia que reprimiu as insurreições tenentistas de São Paulo. Apenas após ter se tornado oficial da reserva, Mário Tourinho viu-se integrado à vida civil, sem as amarras militares, caracterizadas por relações de dependência e hierarquia (NEGRÃO, 1946, p.316).

Nesses parágrafos sobre a biografia de Mário Tourinho, assinalamos alguns traços pertinentes que são decisivos para a explicação de sua carreira na política. O primeiro é o fato do primeiro interventor do Paraná nomeado por Getúlio Vargas ser um membro da classe dominante tradicional local. Ao contrário de outros estados⁶, Vargas não nomeou um agente externo ao Paraná e às classes dominantes locais. Essa característica, somada ao fato de ser irmão do comandante militar da Revolução de 1930 no estado, contribuiu para a sua manutenção no cargo frente aos recorrentes registros de crises econômicas, políticas e militares, atravessadas pela sua gestão.

Porém, os fatores que não favoreceram a permanência Tourinho no cargo de interventor tiveram um considerável peso para a sua deposição. O primeiro refere-se ao fato de Tourinho ser militar e não ter tido uma experiência política e partidária anterior ao movimento revolucionário de 1930. As relações com a classe política local foram dificultadas pela falta de manejo dos códigos próprios do jogo político por parte de Tourinho.

⁶ Casos nos quais os primeiros interventores nomeados não eram nascidos nos estados em que iriam atuar: Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Espírito Santo, Mato Grosso, Acre, Rio Grande do Norte, Alagoas e Bahia. Dos 22 estados do Brasil, 10 interventores nomeados eram nascidos fora do estado ao qual iriam governar (Dados obtidos nos verbetes biográficos dos interventores federais nos estados, disponíveis no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDOC-FGV).

O segundo traço refere-se ao fato de ser um revolucionário de última hora, pois em toda a sua carreira combateu os movimentos revoltosos, chegando a ser comandante das tropas que reprimiram o movimento tenentista de 1924. Trata-se, portanto, de um interventor militar, porém não-tenentista, ao contrário da tendência de nomeações registradas em outros estados⁷. No decorrer dos meses de seu governo, Tourinho sofreu uma série de ataques políticos provenientes dos setores militares que participaram do movimento revolucionário. As legiões tenentistas do Paraná foram as principais insufladoras da crise política registrada no estado.

Um dos momentos mais críticos do governo Tourinho foi escancarado nacionalmente com o envio de João Alberto para o Paraná, com a missão de fornecer a Vargas um parecer a respeito da política local. Recém-exonerado da interventoria de São Paulo, João Alberto elaborou um relatório para Getúlio Vargas, entregue no dia 06 de outubro de 1931. Suas impressões gerais sobre o interventor Mário Tourinho era a de que ele era um homem probo, praticante de uma administração honesta, porém com pouco trato em relação aos elementos militares que participaram da revolução e cercado de elementos reacionários que faziam parte de sua equipe desde o início de sua gestão. João Alberto afirmou a Vargas que a interventoria de Tourinho só se mantinha a partir do prestígio do governo federal, transferindo para este as antipatias populares que se avolumavam. Como parecer geral da sua missão no Paraná, João Alberto assinalou ao presidente que Tourinho deveria ser substituído por alguém de “real prestígio com os elementos revolucionários”, sugerindo um nome: o major Eduardo Gomes⁸.

Com o aprofundamento das crises no Paraná, Vargas demitiu Mário Tourinho da interventoria em dezembro de 1931. O cargo foi assumido interinamente por João Pernetta. Esse cenário colocava o Paraná na lista dos estados que atravessavam a trocas de interventores. Ao que tudo indicava, o estado passaria por sucessivas instabilidades políticas, repetindo a tendência nacional registrada pelo contexto pós-revolucionário.

A tabela a seguir sintetiza a rotatividade do poder registrada no início do governo Vargas, informando a quantidade de ocupantes do cargo de interventor federal nos estados que tiveram trocas de nomes entre outubro de 1930 e dezembro de 1931⁹.

⁷ A tendência em privilegiar nomeações de militares, especialmente aqueles identificados com o tenentismo, foi uma prática que se intensificou nos primeiros meses do governo Vargas. Até dezembro de 1931, mais da metade dos estados era governado por interventores militares nos estados do Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas e Bahia. Assim, dos 22 estados, 12 tinham interventorias chefiadas por militares.

⁸ Relatório de João Alberto a Getúlio Vargas. (GVc1931.10.06).

⁹ Nessa tabela são considerados apenas interventores que ficaram mais de 1 mês no cargo, pois houve casos em que o interventor foi substituído em dias, principalmente nos primeiros meses após outubro de 1930.

TABELA 1: NÚMERO DE INTERVENTORES ATÉ DEZEMBRO DE 1931¹⁰

UF	PR	RS	SP	RJ	DF	ES	MT	MA	PI	CE	RN	AL	PB	BA
N.	2	3	3	4	2	2	2	4	3	3	3	3	2	4

Fonte: Os autores.

A tabela 1 mostra que em 14 estados houve troca de interventor federal até o mês de dezembro de 1931. Nestes 14 estados, houve 40 interventores nomeados, ou que assumiram interinamente, como foi o caso de João Pernetta no Paraná. Comparando esses dados com os mandatos da Primeira República, constata-se a alta rotatividade e instabilidade na política dos estados no contexto pós-revolucionário.

O mês de janeiro de 1932 foi caracterizado pelos rumores de qual seria o escolhido de Vargas para ocupar a interventoria no Paraná. Seria o major Eduardo Gomes, militar nascido no Rio de Janeiro que lutou nos levantes tenentistas nos anos 1920? Eduardo Gomes foi o indicado de João Alberto no relatório entregue à Vargas sobre a situação política paranaense. Outros cotados eram os membros da Legião Revolucionária Paranaense, que provocaram a crise na interventoria de Tourinho. Os principais agentes civis e militares do tenentismo revolucionário paranaense eram Viégas da Silva, Ayrton Plaisant, Vicente Mário de Castro, Amorety Osório e Octávio da Silveira. Envolvidos com a preparação da Revolução de 1930 no Paraná, eles atuaram na oposição ao governo de Mário Tourinho e lutaram pela sua exoneração. Nesse processo de centralização, os tenentes ganharam muito espaço político, e essa concentração de poderes abalou profundamente as lógicas de dominação das velhas oligarquias estaduais (FORJAZ, 1988). Neste contexto, os agentes políticos que tinham relação com o tenentismo tinham mais chance de obter a nomeação para o cargo de interventor federal. Mas Vargas também poderia nomear algum membro das oligarquias paranaenses. O interventor interino, João Pernetta, era cotado para assumir o cargo de maneira efetiva.

O escolhido por Getúlio Vargas a ocupar a interventoria no Paraná foi Manoel Ribas. A próxima seção analisará os atributos sociais e políticos deste agente e identificará quais foram as características da interventoria de Manoel Ribas no Paraná que tornaram possível a sua permanência no cargo.

¹⁰ Dados obtidos nos verbetes biográficos dos interventores federais nos estados, disponíveis no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (CPDOC-FGV).

A escolha de Manoel Ribas para a interventoria federal no Paraná

Com a exoneração de Mário Tourinho e a iminência da nomeação de um novo interventor, a imprensa conclamava que o Paraná deveria ser governado por um paranaense que conhecesse as suas necessidades e problemas. Tal requisito era um ponto de prioridade à escolha de um novo interventor (O DIA. A vontade do Paraná. 03.jan.1932, p.1). Manoel Ribas era o principal cotado para assumir o cargo que, em entrevista, declarou: “Não sou político e não cuido de questões políticas. Entretanto, sou paranaense. E os anos que tenha vivido fora não me puderam esquecer a terra natal” (O DIA. Um candidato paranaense à interventoria. 03.jan.1932, p.1). A unidade política do Paraná dependia da simpatia e adesão do povo ao governo, juntamente com o respeito das correntes políticas e dos grupos organizados do estado, em prol da causa revolucionária (O DIA. O governo de amanhã. 07.jan.1932, p.1).

Manoel Ribas era cotado para a interventoria devido à sua amizade pessoal com Getúlio Vargas, com as missões de reorganizar econômica e administrativamente o estado e pacificar os conflitos políticos que provocavam a instabilidade na gestão. Sua experiência na Cooperativa dos Ferroviários da Viação Férrea do Rio Grande do Sul e na prefeitura de Santa Maria qualificavam a sua indicação ao cargo, visto com simpatia por parcelas significativas da população paranaense (O DIA. O novo interventor. 15.jan.1932, p.1).

Enquanto os políticos locais não se manifestavam, os grupos revolucionários emitiam declarações de que o novo interventor precisava atuar em três linhas de frente: a reorganização do funcionalismo, o equilíbrio econômico e o levantamento das receitas do estado.

Antes de assumir a interventoria, Manoel Ribas conferenciou com Maurício Cardoso no Ministério da Justiça, no Rio de Janeiro. Nessas reuniões, também estavam presentes o chefe do governo, Getúlio Vargas, e o ministro da fazenda, Oswaldo Aranha, tendo como pautas os problemas econômicos, políticos e administrativos do Paraná. O principal argumento para a ocupação da interventoria por Ribas era a sua capacidade de gerir os negócios onde estava envolvido, seja na cooperativa dos ferroviários, ou na administração das suas fazendas de criação, sendo um grande estancieiro no Paraná. O prestígio de Manoel Ribas aumentava nos círculos políticos e econômicos da capital, conferenciando também no Jockey Club. Após estas conversas, o nome de Manoel Ribas foi confirmado oficialmente como o novo interventor federal no Paraná.

Na análise clássica sobre o sistema político, explicitada na obra “Estado e partidos políticos no Brasil”, Maria do Carmo Campello de Souza assinala que uma das características das interventorias era a “sobreposição de elementos sem raízes políticas antigas nos estados (...) àquelas estruturas eleitorais coronelistas da Velha República” (SOUZA, 1976, p.41).

No estudo sobre o Paraná, observa-se que esta premissa não se aplicou integralmente para a nomeação de Mário Tourinho e também é questionável na nomeação de Manoel Ribas. Isso se deve ao fato de que embora Manoel Ribas tivesse desenvolvido sua carreira profissional e política fora do Paraná, suas raízes familiares possuíam grandes vínculos com as estruturas de dominação da Primeira República. Além desse período político anterior à Revolução de 1930, o clã familiar de Ribas também possuía ligações com o poder político dos séculos anteriores, vinculados à grande propriedade de terras.

As evidências genealógicas da família Ribas que confirmam estas afirmações. Tratava-se de um agente político paranaense e civil, com fortes vínculos familiares com a classe dominante local, ao mesmo tempo em que era considerado um “outsider”, pois a sua trajetória pessoal era vinculada ao Rio Grande do Sul.

Nascido em Ponta Grossa, no ano de 1873, era filho de Augusto Ribas e de Pureza de Carvalho Ribas. Realizando os seus estudos em Castro, em 1897 mudou-se com a sua esposa para a cidade gaúcha de Santa Maria, para organizar a Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (CARNEIRO; VARGAS, 1994). Durante 35 anos, dos 24 aos 59 anos, Ribas viveu no Rio Grande do Sul, estabelecendo vínculos políticos e econômicos com este estado. Em 1927, foi eleito prefeito de Santa Maria, apoiado pelo Partido Republicano Riograndense e pelo Partido Libertador. Neste período, Getúlio Vargas ocupava o cargo de governador do Rio Grande do Sul. Após se conhecerem e identificarem pontos em comum, tornaram-se amigos pessoais, unidos por laços de confiança.

Embora tenha desenvolvido carreira no Rio Grande do Sul, Manoel Ribas possuía intensas conexões genealógicas com a classe dominante tradicional paranaense. Portador do título Rodrigues Seixas, Ribas era descendente de João Rodrigues Seixas, português que emigrou para o Paraná em meados do século XVII, sendo um dos primeiros povoadores de Curitiba, casando-se com Maria Maciel Barbosa. João Rodrigues Seixas foi escrivão da Câmara de Curitiba, na ocasião em que foram inaugurados os órgãos de justiça e governo da vila, em 29 de março de 1693 (NEGRÃO, 1927, p.91). Um dos tios de Manoel Ribas era o Comendador Augusto Lustoza de Andrade Ribas, casado com Pureza Maria da Conceição Branco de Carvalho. O comendador era um prestigiado chefe político em

Ponta Grossa e no estado do Paraná, ocupando os postos de deputado provincial, camarista, Presidente da Câmara Municipal de Ponta Grossa (NEGRÃO, 1927, p.249). Outros tios de Manoel Ribas correspondem a João Baptista Lustoza Ribas de Andrade, deputado provincial, e Joaquina Lustoza Ribas, mãe de Maria Lustoza Ribas. Tal prima de Manoel Ribas era casada com o Coronel Ernesto Guimarães Vilela, capitalista e chefe político em Ponta Grossa, prefeito, deputado estadual e vice-presidente do estado (NEGRÃO, 1927, p.251-253).

Manoel Ribas tinha como avós Francisca Leocádia Lustoza de Andrade Ribas, casada em Curitiba com o Brigadeiro Manoel Ferreira Ribas, natural de Castro, deputado estadual nos biênios de 1874-1875; 1876-1877; 1878-1879, notabilizado como “um dos mais prestigiados chefes políticos do interior do Paraná”, além de ter exercido o cargo de Administrador dos Índios dos Campos Gerais (NEGRÃO, 1927, p.249). O Brigadeiro Manoel Ferreira Ribas era filho do sargento-mor Benedito Mariano Ribas e Maria Ferreira do Nascimento Ribas. Nascido em Castro, casou-se em Curitiba em 1844 com a avó de Manoel Ribas, Francisca Leocádia Lustoza de Andrade Ribas, filha do coronel Ricardo Lustoza de Andrade, oficial da Ordem da Rosa, e de Francisca das Chagas Silva Carrão. Francisca Ribas é neta pelo lado paterno do Sargento-Mor Ignácio Lustoza de Andrade e Maria Catharina de Moraes Cordeiro. Pelo lado materno, é neta do capitão Antônio José da Silva Carrão e Anna Maria Cortes (NEGRÃO, 1927, p.391). No tronco materno da sua árvore genealógica, Manoel Ribas era neto de Victor Mariano Ribas e Mariana Prestes, membros das famílias fundadoras de Pitangui e Ponta Grossa (NEGRÃO, 1927, p.249).

Em síntese, Manoel Ribas era descendente das principais famílias que detinham a grande propriedade de terras nos Campos Gerais, somado ao prestígio social e domínio de exercício de importantes cargos políticos, reproduzidos por séculos na história paranaense.

Casado em primeiras núpcias com Zelinda Cândida da Fonseca Ribas, teve seis filhos¹¹. Na relação de descendentes diretos de Manoel Ribas, identificam-se sobrenomes que correspondem aos mais poderosos círculos sociais do Paraná: Macedo, Martins, Lupion, Fontana, França, Tysot, Vauthier, Oliveira Franco, entre outras famílias que compõem a descendência. O círculo genealógico

¹¹ As três primogênitais eram mulheres: Odette Ribas Paternot, casada com Edgard Paternot, natural da Bélgica; Prudência Ribas, solteira, e Augusta Ribas de Macedo, casada com Francisco Rodrigues de Macedo, filho de Indalécio Rodrigues de Macedo, membro de uma tradicional família da classe dominante paranaense. Seu primeiro filho homem foi Gustavo Ribas, casado com Marina Martins Ribas, descendente de uma importante família dos Campos Gerais. Os filhos, sobrinhos e netos de Manoel Ribas casaram-se com outras famílias que concentravam capitais políticos e econômicos no Paraná, como é o caso de Maria Helena Ribas Lupion, casada com José Lupion Júnior, Thereza Cristina Ribas, casada com Francisco Fernando Fontana, Ana Cláudia Fontana França, casada com Aristides Alberto Tysot França, Alice Wauthier, casada com Rivadávia Macedo e Rosa Macedo de Oliveira Franco, casada com Adolpho de Oliveira Franco. As outras duas filhas de Manoel Ribas correspondem à Maria Ribas Curcio, casada com Luiz Curcio e Helena Ribas, casada com Édson Amazonas Almeida (NEGRÃO, 1927, p.249-250; ALBUQUERQUE, 1994).

de Manoel Ribas estabeleceu conexões com as famílias Camargo, Ribeiro de Macedo, Guimarães, Amaral e Taques.

Em linhas gerais, assinalamos que, mesmo com a forte vinculação familiar entre o interventor e os clãs dominantes no estado, a carreira de Manoel Ribas se desenvolveu fora do estado do Paraná, sendo, por esta razão, desvinculado com a máquina partidária do Partido Republicano Paranaense, hegemônico durante boa parte da Primeira República. Nesse sentido, Ribas era um agente externo em relação aos agentes que hegemonizavam o campo político paranaense antes de 1930, devendo maiores satisfações ao chefe do governo provisório do que em relação às classes dominantes locais. No entanto, seu relacionamento com elas tinha aspecto conciliador e agregador, o que contribuiu para a estabilidade política no estado, fundamental para a sua manutenção no cargo de interventor.

A interventoria de Manoel Ribas e as razões para a sua permanência no cargo no primeiro ano de seu mandato

A seção anterior demonstrou os principais condicionantes para a nomeação de Manoel Ribas para a interventoria federal no Paraná: o fato de pertencer à classe dominante tradicional paranaense, através de laços genealógicos, somado a sua amizade com o chefe do poder executivo federal, Getúlio Vargas, a quem devia o cargo. Essa dupla condição possibilitou a Manoel Ribas assumir a interventoria federal sem dever a sua permanência aos círculos oligárquicos locais, visto que ele não pertencia ao esquema partidário paranaense da Primeira República, pois sua carreira foi desenvolvida inteiramente no Rio Grande do Sul, estado em que conheceu e angariou amizade com Getúlio Vargas. Sua relação era direta com o governo federal e com o Ministério da Justiça, pasta ocupada por Maurício Cardoso, conhecido por Ribas pela política gaúcha. A lógica da centralização política tornou possível a nomeação de Ribas para a interventoria federal, transferindo-o do estado do Rio Grande do Sul para o Paraná.

Manoel Ribas teria pela frente o desafio de superar a crise econômica atravessada pelo Paraná, neutralizar a crise política com os setores militares envolvidos com a Revolução de 1930 no Paraná e dialogar com as oligarquias locais para tornar possível um governo estável. O fato de ser civil e paranaense foi positivo para esse direcionamento.

Diante destes pontos, colocamos a seguinte indagação: como a nomeação de Manoel Ribas, civil e paranaense, foi possível em um contexto marcado pelo aumento das interventorias tenentistas

nos estados? Quais foram os fatos que explicam a sua permanência no cargo entre 1932 e 1945, por 13 anos consecutivos?

Para estas questões, analisaremos a relação entre Manoel Ribas e os principais agentes políticos do início do seu governo, divididos entre os grupos de “oligarcas” e atores políticos ligados ao “tenentismo revolucionário”.

No início de 1932, 11 estados eram governados por interventores militares, do total de 22 estados da federação. Isso significa que metade dos estados eram chefiados por militares, na sua maioria membros do tenentismo histórico da década de 1920. Os estados de Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas e Bahia possuíam interventores militares. Destes estados, 8 eram governados por militares nascidos fora do estado¹², o que provocava a revolta das oligarquias regionais. Isso se acirrou e resultou na revolta paulista de 1932, que eclodiu no mês de julho.

Os interventores civis que governavam nesse período possuíam algumas características. A primeira era relacionada ao fato de pertencerem aos estados com “oligarquias fortes”, como é o caso do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, nos quais as oligarquias dissidentes chefiaram a Revolução de 1930 e não permitiram o crescimento do poder das legiões revolucionárias tenentistas. Outros estados comandados por civis estavam estabilizados politicamente através da boa relação com membros do governo federal, como Oswaldo Aranha Juarez Távora ou Maurício Cardoso, “padrinhos” de muitos interventores, sejam eles civis e militares. Também verifica-se a existência de estados que prezavam com a conciliação permanente com os tenentes, sendo muitos deles chamados de “tenentes civis”, como é o caso de Pedro Ernesto, interventor do Distrito Federal, médico da família Vargas, e de Pedro Ludovico Teixeira, interventor Goiás que governou por 15 anos consecutivos.

O Paraná não se enquadrava entre os estados com “oligarquias fortes” que neutralizaram o tenentismo revolucionário. Entre as razões para a queda de Tourinho, foi justamente os atritos com os tenentes locais o que mais pesou. Manoel Ribas foi nomeado interventor através das boas relações com o governo federal, somado ao apoio que possuía junto ao tenentismo revolucionário paranaense.

Assim que Ribas tomou posse, a Legião Revolucionária do Paraná o homenageou através das congratulações dos seus diretores Octávio da Silveira, Vicente Mário de Castro, Ayrton Plaisant,

¹² Os estados governados por interventores militares nascidos fora do estado em que exerciam o poder político os estados de Santa Catarina, São Paulo, Espírito Santo, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia (Dados obtidos através da pesquisa nos verbetes biográficos do DHBB, CPDOC-FGV).

Victor Batista, Walter Gastão Buttel, entre outros. Membros do exército, da Associação Comercial do Paraná e da Justiça Estadual também prestigiaram a sua posse (O DIA. A chegada do novo interventor. 30.jan.1932, p.1). Seu nome agradava aos tenentes revolucionários e à classe economicamente dominante no Paraná.

As nomeações para o secretariado de Ribas ocorreram após reuniões com algumas lideranças locais que afinaram com o interventor as diretrizes gerais da nova gestão. O secretário do Interior, Justiça, Viação e Obras Públicas escolhido pelo governo foi Clotário de Macedo Portugal, que já tinha ocupado a chefatura de polícia e a presidência do Tribunal de Justiça do Paraná. Para a Secretaria da Fazenda e Obras Públicas, o escolhido foi Rivadávia Macedo, com uma extensa trajetória no comércio. Na Diretoria Geral de Ensino, o designado foi o psiquiatra Octávio da Silveira, “um técnico no posto de sua competência”, dada a sua experiência na diretoria da Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná. A Diretoria de Geral da Saúde Pública passou a ser ocupada por Francisco Guérios, sem experiência na área. Para a chefatura de polícia, foi indicado o tenente Vicente Mário de Castro, da ala esquerdista revolucionária (O DIA. Os novos secretários. 05.fev.1932, p.1). Os novos secretários tomaram posse no dia 10 de fevereiro de 1932.

Na análise desta composição de secretários, assinalamos que os nomes de Clotário de Macedo Portugal e Rivadávia Macedo, pertencentes à classe dominante tradicional paranaense. Clotário de Macedo Portugal, natural de Campo Largo, é membro das famílias Azevedo Portugal e Macedo, que exercem poder político e econômico no Paraná desde o Império. Portador do título Rodrigues de Seixas, também possuía laços de parentesco com membros da Associação Comercial do Paraná (NEGRÃO, 1927).

Também portador do título Rodrigues de Seixas, Rivadávia Macedo era filho de Tobias de Macedo, importante comerciante de Curitiba. O novo secretário da fazenda era casado com uma sobrinha de Manoel Ribas, Alice Wauthier de Macedo (NEGRÃO, 1927, p.250).

Outro perfil de nomeações de Manoel Ribas no secretariado é exemplificado pelos nomes de Octávio da Silveira, Francisco Guérios e Vicente Mário de Castro. Os três agentes citados foram centrais para a deposição de Mário Tourinho a frente da interventoria federal do Paraná. Estas nomeações associam Manoel Ribas à Legião Revolucionária Paranaense, evidenciando sua simpatia às organizações tenentistas no período pós-revolucionário.

Para a Diretoria de Ensino, o escolhido foi Octávio da Silveira, tenente civil, integrante da Aliança Liberal, apoiador da Revolução de 1930 e membro da Legião Revolucionária Paranaense.

Nas eleições de 1934, foi eleito o deputado federal mais votado do Paraná, pelo Partido Social Democrático, legenda localmente fundada por Ribas.

Octávio da Silveira não possuía vínculos com a classe dominante tradicional local, sendo natural do Rio Grande do Sul. Estabelecendo-se no Paraná, tornou-se um prestigiado professor da Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná. O vínculo com o tenentismo de Octávio da Silveira era tão intenso ao ponto de integrar-se à ala mais radical da esquerda do movimento. Identificado com os ideais de Luís Carlos Prestes e à ideologia comunista, o então deputado federal Octávio da Silveira vinculou-se à Aliança Nacional Libertadora, organização em que chegou a exercer a presidência, a partir de julho de 1935 (TEIVE, 2008; MONTEIRO, 2013).

Outra liderança de esquerda prestigiada por Manoel Ribas foi Francisco Guérios, que também não possuía vínculos com a classe dominante tradicional local. Simpatizante do movimento tenentista na década de 1920 (MOREIRA, 1960), vinculou-se à Aliança Liberal do Paraná, exercendo oposição à Ottoni Maciel e às oligarquias dissidentes a ele identificadas. Tal qual Octávio da Silveira, apoiou a Revolução de 1930, passando para a oposição nos primeiros meses do governo revolucionário a nível local, denunciando ações da interventoria paranaense ao governo central, através da Legião Revolucionária Paranaense. Médico, foi nomeado para a Diretoria de Saúde em fevereiro de 1932, foi exonerado do cargo em outubro de 1932, devido às suas “convicções políticas extremadas”.

Por sua vez, Vicente Mário de Castro também não possuía vinculação familiar com a classe dominante paranaense. O capitão do exército foi apoiador dos movimentos tenentistas na década de 1920, pertencendo à Aliança Liberal do Paraná e apoiando a Revolução de 1930 no estado. No entanto, com a interventoria de Mário Tourinho, passou para a oposição política, associando-se à Legião Revolucionária Paranaense. Com a ascensão de Manoel Ribas, tornou-se chefe de polícia, cargo em que permaneceu até 1933.

Em resumo, o perfil de nomeação de Manoel Ribas mesclou elementos vinculados às oligarquias dissidentes do período anterior à 1930, vinculados à classe dominante tradicional juntamente com elementos sem conexões familiares ou oligárquicas. Esses agentes eram associados ao tenentismo e à Legião Revolucionária Paranaense. Essas características tornaram possível a estabilidade do seu governo e a sua manutenção no cargo.

No mesmo contexto em que Manoel Ribas estava se habituando ao cargo de interventor, a política brasileira estava em efervescência no debate sobre a constitucionalização do país, pauta defendida especialmente pelos oligarcas dissidentes. Perguntado sobre qual era a sua opinião sobre a constitucionalização, Manoel Ribas afirmava que ele se desinteressava pela política, sendo o

“movimento pró-imediata constitucionalização do país, é obra dos políticos, apeados do poder pela Revolução de Outubro” (O DIA. Entrevista com o interventor. 06.fev.1932, p.1). Ribas afirmava o seu lugar ao lado de Vargas e contra as oligarquias que se revoltavam contra ele, processo que se intensificava no primeiro semestre de 1932.

As primeiras baixas no governo Ribas ocorreram a partir de junho de 1932. Clotário Macedo Portugal exonerou-se do cargo de secretário do Interior e Justiça (O DIA. O desembargador Clotário Portugal exonerou-se do cargo de secretário do interior e justiça. 01.jun.1932, p.1). Tal evento ocorreu devido a ação que a frente revolucionária formada pelo Clube 3 de outubro e pela Legião Revolucionária em prol da sua retirada, pois o mesmo era julgado como um quadro oligárquico “não revolucionário”. Para a sua substituição na pasta, Manoel Ribas designou o Capitão Catão Menna Barreto Monclaro, combatente na Revolução de 1930 e apoiado pelos tenentes. Esse evento assinala as relações de cumplicidade entre Manoel Ribas e o tenentismo revolucionário paranaense, cedendo às suas pressões e prestigiando os seus indicados.

Conforme já assinalamos, Francisco Guérios também foi demitido da pasta da Diretoria de Saúde, porém o mesmo tinha um perfil diferente de Clotário Macedo. Enquanto Macedo era tido como um “oligarca” e era criticado pelos “tenentes revolucionários”, Guérios era do grupo dos “tenentes revolucionários”, que foi demitido devido às posições políticas radicais. Nesse sentido, Ribas equilibrava concessões ou distanciamentos em relação aos dois principais grupos em disputa pelo poder no Paraná no período pós-revolucionário: os “oligarcas” e os “tenentes revolucionários”.

Um evento marcante que atravessou o primeiro ano do mandato de Manoel Ribas foi a chamada “Revolução Constitucionalista” em São Paulo, deflagrada em julho de 1932. Desde o início da revolta, Manoel Ribas demonstrou apoio incondicional a Getúlio Vargas. O Paraná era um estado estratégico para a contenção do movimento contestatório em São Paulo, dada a sua localização geográfica que faz fronteira com o estado rebelado. Em nenhuma região do estado registrou-se apoio aos paulistas, ao contrário de algumas regiões do Rio Grande do Sul, e o estado de Santa Catarina, que reuniam opositores ao governo, solidários aos paulistas (SILVA, 1967).

Para combater a revolta em São Paulo, Manoel Ribas reuniu as forças militares e policiais do estado para realização de uma campanha oficial em defesa do governo provisório. O chefe da frente paranaense em front na Capela da Ribeira era o coronel Ayrton Plaisant. A artilharia montada era chefiada pelo capitão Amorety Osório (O DIA. O que vae pelo front, 26.jul.1932, p.1). Ambos comandantes eram membros da Legião Revolucionária do Paraná, o que novamente demonstra o

alinhamento de Ribas com esse grupo. Com a vitória sobre as forças rebeladas, Vargas reconheceu a importância do apoio do Paraná ao seu governo, contribuindo para a derrota dos paulistas.

Em linhas gerais, no primeiro ano da interventoria de Manoel Ribas, os fatores que explicam o seu sucesso e permanência no cargo foram dois: a boa relação do interventor com os membros do tenentismo revolucionário e a participação militar do Paraná no combate aos revoltosos paulistas.

As Relações Empresariais de Manoel Ribas como fator de estabilidade e continuidade político-administrativa no Paraná

A versatilidade e astúcia de Manoel Ribas em operar em várias frentes políticas e empresariais simultâneas, com diversos atores, apoios e flexibilidade em muitas áreas coordenadas, sempre foram fatores muito importantes na entrada e permanência de Ribas no grande jogo político Varguista. Manoel Ribas era um dos poucos políticos de origem paranaense a ter tido boa inserção na política gaúcha anterior a 1930 e saber representar a modernização conservadora no Paraná, posterior aos desdobramentos de 1930 (FONTANA, 2015).

Manoel Ribas esteve no centro das decisões sobre o grande empreendimento da fábrica de papel e celulose no Paraná. Manoel Ribas e Wolff Klabin se conheciam desde os anos 1920. O Paraná possuía grande recursos florestais e a Fazenda Monte Alegre estava disponível para negócios. As relações políticas e conexões empresariais entre Manoel Ribas, Wolff Klabin, Horácio Lafer Assis Chateaubriand e Getúlio Vargas foram decisivas para a instalação e estabelecimento do grande investimento representado pela Indústrias Klabin do Paraná de Celulose. O grupo Klabin-Lafer no Paraná dependia, durante muitos anos, do grande apoio e contribuição das políticas da Interventoria de Manoel Ribas. Vários problemas de infraestrutura e logística eram solucionados pela ação direta de Ribas. (MARGALHO, 2020)

Em 1942 começaram as obras da Indústria Klabin de Papel e Celulose, IKPC, bem como da represa Mauá, para fornecimento de energia. A partir de 1943, Horácio Lafer passou a integrar o Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda, importantes conexões entre a elite administrativa do Paraná com a família Klabin-Lafer foram decisivas para a realização das vultosas obras. Em 1951, Horácio Lafer se tornou Ministro da Fazenda no segundo Governo Vargas, o que demonstra a grande conexão política e empresarial entre os grupos políticos e empresariais (CONY, LAMARÃO, 2001).

Outro grande fator empresarial na longa continuidade de Manoel Ribas no governo foi o mútuo apoio na construção do grande grupo empresarial de Moysés Lupion, um dos maiores do país, durante os anos de suas Interventoria. Lupion se tornaria um dos empresários mais ricos do Brasil, com grandes propriedades, serrarias, fábricas, empresas de transporte, logística, combustível e vários setores industriais e de serviços. A análise da trajetória de Moysés Lupion e suas relações familiares e genealógicas com o Estado do Paraná foram investigadas por Oliveira, 2016.

Considerações finais

Neste artigo, investigamos os fatores que explicam o sucesso de Manoel Ribas frente à interventoria do Paraná no período pós-Revolução de 1930, em um contexto marcado pela instabilidade política e por constantes trocas de interventores nos estados. Através da análise dos verbetes biográficos dos interventores federais, disponíveis no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, constatamos que até dezembro de 1931, 14 estados tiveram trocas de interventores. Ao todo, foram 40 diferentes ocupantes deste cargo nestes 14 estados, um número que indica a alta rotatividade de poder e instabilidade política do período. Observamos que a estrutura institucional montada pelo governo provisório permitiu esse movimento, pelo fato do chefe do Governo Provisório (Getúlio Vargas) escolher os interventores federais nos estados, exonerando-os quando ele julgasse conveniente.

No Paraná, o interventor federal Mário Tourinho, irmão de Plínio Tourinho, liderança militar responsável pela eclosão e vitória da Revolução de 1930 no estado, teve um governo marcado por uma crescente oposição por parte de lideranças militares identificadas com o “tenentismo revolucionário”. A biografia de Mário Tourinho assinala a forte conexão com a classe dominante tradicional paranaense, pertencendo a uma família militar. No entanto, Mário Tourinho tinha uma histórica atuação como militar legalista, atuando inclusive como combatente aos rebelados tenentistas na década de 1920. Isso contribuiu para a oposição ao seu governo por parte do grupo dos “tenentes revolucionários”, gerando uma crise junto ao Palácio do Catete e ao Ministério da Justiça. Por sua carreira militar, Mário Tourinho não teve uma experiência política e partidária anterior ao movimento revolucionário de 1930. As relações com a classe política local foram dificultadas pela falta de manejo dos códigos próprios do jogo político por parte de Tourinho. Nesse sentido, Tourinho não administrou

adequadamente o jogo político local com os dois grupos envolvidos no contexto pós-revolução de 1930, o que resultou na sua exoneração.

Ao que tudo indicava, o Paraná seria um estado com grande instabilidade política, com constantes trocas de interventores. Mas essa tendência não se comprovou no estado. Manoel Ribas, o sucessor de Mário Tourinho e do interventor interino, João Pernetta, permaneceu a frente do poder executivo paranaense por 13 anos consecutivos (de 1932 a 1945). Para explicar esse êxito, analisamos o primeiro ano de sua administração, identificando quais foram as estratégias políticas adotadas pelo interventor federal para manter-se no cargo.

Os principais fatores que explicam a sua permanência explicitam os principais modos de fazer política no contexto pós-Revolução de 1930. O primeiro deles era a total lealdade em relação ao Governo Provisório, materializado na figura do seu chefe, Getúlio Vargas. A boa relação com a política central, bem como o apoio integral oferecido no combate à revolta paulista de 1932 foram fatores que contribuíram para a sua permanência no cargo. Somados a estes fatores, identificamos que a interventoria de Manoel Ribas procurou constantemente uma relação estável com as oligarquias estaduais. Ribas pertencia a uma família histórica que tinha grande prestígio social, econômico e político local, uma das bases que possibilitaram essa relação harmônica. Essa relação era relativamente distante, pois sua carreira foi desenvolvida inteiramente no Rio Grande do Sul. Para reverter esse afastamento, Ribas procurou estabelecer boas relações com as oligarquias locais, processualmente, o que resultou, mais tarde, em sua eleição indireta para o governo do estado. Seus esforços também resultaram na construção do Partido Social Democrático, um partido governista local forte e vigoroso.

Outro fator de suma importância para a permanência de Manoel Ribas no cargo foi a relação de cumplicidade com os grupos radicais locais, identificados com o “tenentismo revolucionário”. Sua nomeação foi prestigiada por estes agentes, que tiveram grande responsabilidade na deposição de Mário Tourinho. Estes grupos eram os principais insufladores da instabilidade na interventoria, algo que foi revertido por Ribas, que procurou diálogo e fez concessões aos tenentes revolucionários, nomeando-os para importantes cargos. Essa tendência se manteve nos anos seguintes do seu governo, que consolidou a estabilidade após o golpe que instituiu o Estado Novo, em 1937, ocasião em que novamente prestou seu apoio incondicional a Getúlio Vargas.

Por último o fator empresarial, as relações políticas com grandes grupos empresariais nacionais, Klabin-Lafer e Lupion, também foram muito significativas para a permanência,

estabilidade e continuidade político-administrativa de Manoel Ribas e seu grupo na Interventoria do Paraná.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil; Lisboa, DIFEL, 1989.
- CAMARGO, Aspásia. **A Revolução das elites: conflitos regionais e centralização política. A Revolução de 1930: seminário internacional**, Brasília, Editora UnB, 1983.
- CARNEIRO, David; VARGAS, Túlio. **História biográfica da república no Paraná**. Curitiba: BANESTADO, 1994.
- CARONE, Edgard. **A Segunda República (1930-1937)**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.
- CONY, Carlos Heitor e LAMARÃO, Sérgio. **Wolff Klabin. A Trajetória de Um Pioneiro**. São Paulo: Editora FGV, 2001.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.
- MARGALHO, Maurício Margalho. Klabin Irmãos & Cia: os empresários, a empresa e as estratégias de construção da hegemonia (1930-1945). **Texto de Discussão** no 8. 2020.
- MONTEIRO, Claudia. **Política entre razão e sentimentos: a militância dos comunistas no Paraná (1945-1947)**. Tese. Doutorado em História. Universidade Federal do Paraná, 2013.
- MOREIRA, Júlio Estrela. **Dicionário bibliográfico do Paraná**. Curitiba, Imprensa Oficial do Estado, 1960.
- NEGRÃO, Francisco. **Genealogia Paranaense**. Volume 1º. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1926.
- NEGRÃO, Francisco. **Genealogia Paranaense**. Volume 2º. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1927.
- NEGRÃO, Francisco. **Genealogia Paranaense**. Volume 3º. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1928.
- NEGRÃO, Francisco. **Genealogia Paranaense**. Volume 4º. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1929.
- NEGRÃO, Francisco. **Genealogia Paranaense**. Volume 5º. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1946.
- NEGRÃO, Francisco. **Genealogia Paranaense**. Volume 6º. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1950.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Notas sobre a política paranaense no período de 1930 a 1945. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de (org.). **A Construção do Paraná Moderno: Políticos e Política no governo do Paraná de 1930 a 1980**. Curitiba: Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná, 2004.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio das genealogias**: classe dominante e estado no Paraná (1853-1930). Tese. Doutorado em Sociologia. Universidade Estadual de Campinas, 2000.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. "Sem Mulheres Não Há Nepotismo. "*Cherchez La Femme*" e principalmente "*Cherchez La Famille*". Mulheres, Famílias e Genealogias Emergentes. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de Oliveira (org.). **Nepotismo, Parentesco e Mulheres**. Curitiba: RM Editores, 2016.

SILVA, Hélio. 1932: **A Guerra Paulista** (O ciclo de Vargas, volume 5). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e Partidos Políticos no Brasil** (1930 a 1964). São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

SOUZA, Maria do Carmo. O processo político-partidário na Primeira República. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em perspectiva**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política** [online], 2011, vol.19, n.39, pp.115-137.

TEIVE, Hélio A.G. Professor Octávio de Silveira: the pioneer of neurology in the State of Paraná. **Arq. Neuro-Psiquiatr.** vol.66 no.3a São Paulo Sept. 2008.

TOURINHO, Luiz Carlos. **Toiro Passante Tempo de República Getuliana, vol. IV**. Curitiba: Lítero Técnica, 1991.

Bases de dados

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Acervo CPDOC-FGV. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

Arquivo Pessoal Getúlio Vargas. (GVc1931.10.06).

Hemeroteca Digital. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

Periódicos

O DIA. A chegada do novo interventor. 30 jan.1932, p.1

O DIA. A vontade do Paraná. 03 jan.1932, p.1

O DIA. Entrevista com o interventor. 06 fev.1932, p.1

O DIA. O desembargador Clotário Portugal exonerou-se do cargo de secretário do interior e justiça. 01 jun.1932, p.1



- O DIA. O governo de amanhã. 07 jan.1932, p.1
O DIA. O novo interventor. 15 jan.1932, p.1
O DIA. O que vae pelo front, 26 jul.1932, p.1.
O DIA. Os novos secretários. 05 fev.1932, p.1
O DIA. Um candidato paranaense à interventoria. 03 jan.1932, p.1

Recebido em: 21 jul. 2020.

Aceito em: 27 nov. 2020.